

A Licenciatura em Educação do Campo no Brasil: uma trajetória em construção na formação de professores

 Luzani Cardoso Barros¹,  Diego Neves de Sousa²,  Palloma Rosa Ferreira³

¹ Universidade Federal do Tocantins - UFT. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Av. NS 15 ALC NO 14, Prédio do PPGDR, Prédio Complexo de Pesquisa e Pós-graduação Prof. Dr. Lamadrid, Sala 14, 1º andar, Palmas – TO, Brasil. ² Embrapa Pesca e Aquicultura. ³ Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Autor para correspondência/Author for correspondence: luzanibarros@professor.to.gov.br

RESUMO. A discussão sobre a necessidade de formação docente no Brasil teve início após a independência política do país. No entanto, a atenção específica à formação de professores para as escolas do campo só começou a ganhar relevância a partir do final do século XX. Este trabalho tem como objetivo analisar as contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para a inovação e o desenvolvimento regional no Brasil. Para isso, foi realizada uma revisão bibliométrica na plataforma Google Acadêmico. Os critérios de inclusão consideraram publicações entre os anos de 2008 a 2023, baseadas em revisão bibliográfica, pesquisa documental, relatos de experiência ou levantamento de dados. Após a aplicação dos critérios, foram selecionados onze trabalhos para análise. A partir do levantamento e da análise do conteúdo desses estudos, observou-se que os cursos de Licenciatura em Educação do Campo têm contribuído significativamente para a qualificação profissional de professores que atuam nas zonas rurais. Essa qualificação reflete-se na melhoria da qualidade do ensino oferecido nas escolas do campo e também no fortalecimento da permanência das populações em seus territórios de origem, onde vivem, produzem e ampliam as possibilidades de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: formação docente, revisão bibliométrica, inovação, desenvolvimento regional.

The Degree in Rural Education in Brazil: a path under construction in teacher training

ABSTRACT. The discussion about the need for teacher training in Brazil began after the country's political independence. However, specific attention to the training of teachers for rural schools only started to gain relevance in the late 20th century. This study aims to analyze the contributions of Rural Education Degree Programs (Licenciaturas em Educação do Campo) to innovation and regional development in Brazil. To this end, a bibliometric review was conducted using the Google Scholar platform. The inclusion criteria considered publications from 2008 to 2023 based on literature reviews, documentary research, experience reports, or data collection. After applying these criteria, eleven studies were selected for analysis. The review and content analysis of these studies revealed that Rural Education Degree Programs have significantly contributed to the professional qualification of teachers working in rural areas. This qualification has led to improvements in the quality of education offered in rural schools and has also strengthened the permanence of populations in their places of origin, where they live, produce, and expand the possibilities for regional development.

Keywords: teacher training, bibliometric review, innovation, regional development.

La licenciatura en Educación Rural en Brasil: una trayectoria en construcción en la formación de profesores

RESUMEN. La discusión sobre la necesidad de formación docente en Brasil se inició tras la independencia política del país. Sin embargo, la atención específica a la formación de profesores para las escuelas del campo solo comenzó a cobrar relevancia a finales del siglo XX. Este trabajo tiene como objetivo analizar las contribuciones de las Licenciaturas en Educación del Campo a la innovación y al desarrollo regional en Brasil. Para ello, se realizó una revisión bibliométrica en la plataforma Google Académico. Los criterios de inclusión consideraron publicaciones entre los años 2008 y 2023, basadas en revisión bibliográfica, investigación documental, relatos de experiencia o levantamiento de datos. Tras aplicar los criterios, se seleccionaron once trabajos para su análisis. A partir del levantamiento y del análisis del contenido de estos estudios, se observó que los cursos de Licenciatura en Educación del Campo han contribuido significativamente a la cualificación profesional de los docentes que actúan en zonas rurales. Esta cualificación se refleja en la mejora de la calidad de la enseñanza ofrecida en las escuelas del campo y también en el fortalecimiento de la permanencia de las poblaciones en sus territorios de origen, donde viven, producen y amplían las posibilidades de desarrollo regional.

Palabras clave: formación docente, revisión bibliométrica, innovación, desarrollo regional.

Introdução

A oferta de educação formal à população do campo está intrinsecamente ligada à luta pelo direito à educação, historicamente impulsionada pelas reivindicações dos movimentos sociais. Essas demandas não se limitam ao acesso, mas envolvem também a permanência e a qualidade da educação, aspectos que permitiram conquistas significativas, sobretudo a partir do final do século XX e início do século XXI (Santos, 2017).

Um marco fundamental nesse processo foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que consagrou a educação como um direito subjetivo de todos os cidadãos brasileiros, conforme disposto nos artigos 205 a 214 (Constituição, 1988). Essa conquista abriu caminho para a criação de dispositivos legais voltados à efetivação do acesso à educação formal, inclusive para as populações do meio rural (Santos, 2017).

Entre esses dispositivos, destaca-se o Artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabelece que a oferta de educação no campo deve respeitar as especificidades locais, considerando as atividades laborais, o calendário agrícola e as condições ambientais (Brasil, 1996). Assim, a proposta pedagógica para o campo deve ser adaptada às realidades locais, envolvendo metodologias de ensino, conteúdos e formas de organização do processo educativo adequadas ao contexto dos sujeitos atendidos (Arroyo, 2003).

Nesse cenário, torna-se essencial garantir a formação superior de professores para atuarem nas escolas do campo. Essa formação deve possibilitar não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos e pedagógicos, mas também o desenvolvimento de uma consciência crítica e contextualizada sobre a diversidade e complexidade do meio rural. Com esse objetivo, o Governo Federal criou, em 2007, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) (Paula, 2023), seguido do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), instituído em 2013 (Brasil, 2013).

A preocupação com a qualificação docente também se reflete em dados recentes. De acordo com o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2024 (Brasil, 2025), no que se refere à formação superior dos docentes, 87,5% dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental possuem nível superior completo. Nos anos finais, esse índice sobe para 91,9%. Já no ensino médio, os dados evidenciam uma variação regional significativa quanto à adequação entre formação docente e disciplinas ministradas, com percentuais que variam de,

no mínimo, 80,4% no Rio Grande do Norte e, no máximo, 87,9% no Amapá, enquanto os demais estados apresentam taxas intermediárias entre esses dois estados (Brasil, 2025).

Embora os dados não sejam específicos do contexto rural, eles ajudam a delinear o cenário educacional atual, demonstrando avanços na escolarização da população do campo. Tais avanços têm contribuído para a permanência das famílias em suas comunidades, a redução do êxodo rural e o fomento da inovação nas práticas produtivas, impulsionadas pela ampliação do acesso ao conhecimento sistematizado desde os primeiros anos de escolarização (Didonet, 2020).

Diante desse panorama, o presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para a inovação e o desenvolvimento regional no Brasil. A análise será realizada com base na produção acadêmica publicada entre os anos de 2008 a 2023 que aborda a temática dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção discute a trajetória dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. A quarta seção expõe e analisa os dados coletados. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais, destacando os principais achados do estudo e apontando perspectivas para a formação docente voltada às escolas do campo.

A trajetória dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil

A criação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil está profundamente marcada por um histórico de lutas e reivindicações, entendidas como ações legítimas de sujeitos e coletivos na busca pela efetivação de direitos (Frigotto, 2009). Nesse contexto, o direito à educação formal é reconhecido como um instrumento fundamental para a melhoria da qualidade de vida e das condições materiais da população do campo, por meio do acesso ao conhecimento sistematizado.

O reconhecimento das especificidades da educação voltada às populações rurais é relativamente recente no país, remontando à promulgação da Constituição Federal de 1988, que ampliou os direitos sociais, incluindo a educação como um direito de todos (Henriques, Marangon & Delamora, 2007). Essa diretriz foi reforçada pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, cujo Artigo 28 determina que a oferta

educacional à população do campo deve considerar suas realidades e particularidades (Brasil, 1996).

A partir da LDB/96, intensificaram-se as iniciativas voltadas à formação docente em nível superior, sobretudo com a publicação da Resolução nº 3, de 8 de outubro de 1997, que estabeleceu diretrizes para os Planos de Carreira e Remuneração do Magistério. Essa normativa previu a progressão funcional com base na titulação e estimulou os professores a buscarem formação continuada e atualização metodológica, além de prever avaliações periódicas de desempenho como critério para o exercício de outras funções pedagógicas (Brasil, 1997).

Em relação específica à educação do campo, um marco importante ocorreu em 1997 com a realização do I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o apoio da Universidade de Brasília (UnB). O objetivo foi discutir os fundamentos e formas da educação do campo, construindo coletivamente propostas pedagógicas que atendessem às demandas dessa população. Esse encontro impulsionou, em 1998, a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia (GO) (Félix, 2015).

Também em 1998, foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), por meio da Portaria nº 10, vinculada ao então Ministério Extraordinário de Política Fundiária, com execução a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (Brasil, 1998; Félix, 2015). O Pronera ampliou a pauta da educação do campo, articulando universidades, movimentos sociais e instâncias governamentais, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), promovendo o acesso à educação formal para jovens e adultos assentados da reforma agrária (Brasil, 2010).

A preocupação com a formação docente também se refletiu no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, instituído pela Lei nº 10.172. Esse plano enfatizou a necessidade de qualificar os professores, especialmente nos Artigos 2º a 5º e nas metas 13, 14 e 15, como estratégia para reduzir desigualdades regionais e sociais, universalizar o acesso à educação de qualidade e fomentar o desenvolvimento nacional, por meio da articulação entre políticas públicas (Brasil, 2001a).

No mesmo período, outro avanço importante foi a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Inicialmente aprovadas em 2001, por meio do Parecer nº 36 do CNE/CEB, foram oficializadas pela Resolução nº 01, de 3 de abril de 2002 (Brasil, 2002). As Diretrizes representaram um marco na consolidação da educação do campo como política pública, ao reconhecer as especificidades socioculturais e econômicas das

populações rurais, promovendo um currículo contextualizado, respeitoso à cultura, ao trabalho e aos modos de vida do campo.

Essas políticas públicas, em especial a do Pronera e a institucionalização das Diretrizes Operacionais, criaram as condições para a formulação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), com o objetivo de consolidar a formação docente e fortalecer a educação do campo no País (Santos & Silva, 2016). A primeira edição do Procampo foi implementada em 2007, com a participação de instituições de ensino como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade de Brasília (UnB), com forte articulação entre instituições de ensino superior e movimentos sociais.

Mais recentemente, o Plano Nacional de Educação vigente, instituído pela Lei nº 13.005/2014, também reconhece a necessidade de atender às especificidades da educação do campo. No entanto, apesar das menções, não apresenta metas quantitativas claras voltadas exclusivamente para essa modalidade (Brasil, 2014), o que evidencia desafios persistentes na consolidação de políticas públicas mais robustas.

Dessa forma, observa-se que a construção da educação do campo é resultado de um processo histórico fundamentado em lutas sociais e na formulação de políticas públicas. Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo emergem como expressão concreta desse processo, representando uma conquista significativa para a formação superior de professores e a valorização da educação como direito das populações rurais.

Procedimentos Metodológicos

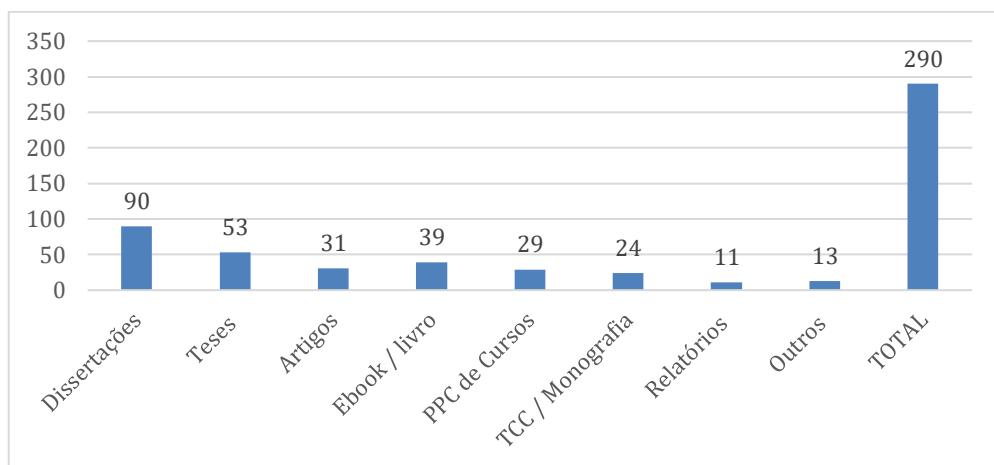
Esta pesquisa de revisão bibliométrica foi realizada na plataforma Google Acadêmico, com o objetivo de analisar as contribuições dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo para a inovação e o desenvolvimento regional no Brasil. A escolha dessa base de dados justifica-se por sua ampla representatividade quanto à quantidade e diversidade de materiais disponíveis sobre o tema, possibilitando um mapeamento relevante da produção acadêmica e a ampliação do conhecimento na área.

O ponto de partida do estudo foi a definição do tema e da pergunta de pesquisa, expressa no seguinte questionamento: os artigos publicados entre 2008 a 2023, que abordam os cursos de Licenciatura em Educação do Campo, evidenciam a contribuição dessa formação inicial para a inovação e o desenvolvimento regional no contexto brasileiro?

Para responder a essa questão foi adotado o método de revisão bibliométrica, que permite a identificação e análise quantitativa da produção científica sobre um determinado tema em um período específico. Esse método se destaca por seu caráter analítico e por possibilitar uma avaliação tanto acadêmica quanto técnica dos trabalhos selecionados (Waltman, 2020), além de revelar a evolução do debate a partir da diversidade de contextos e perspectivas autorais.

A etapa de coleta de dados foi realizada em julho de 2024, utilizando as seguintes palavras-chave (strings): “Licenciatura em Educação do Campo” AND “currículo” AND “inovação” AND “desenvolvimento regional” AND “Brasil”. A busca foi delimitada ao período de 2008 a 2023 e restrita a documentos publicados em português. Com base nos critérios previamente definidos, foram considerados apenas artigos científicos, sendo excluídas outras tipologias de trabalhos, como dissertações, teses, capítulos de livros e resenhas. A busca inicial resultou em 314 publicações. A partir desse universo, procedeu-se a um mapeamento preliminar para a classificação dos trabalhos conforme sua natureza, como apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Classificação dos trabalhos mapeados



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

O mapeamento inicial permitiu constatar que, dos 314 trabalhos identificados na busca, três (3) não estavam acessíveis e vinte e um (21) encontravam-se duplicados. Restaram, portanto, 290 documentos válidos para a etapa de classificação inicial. Conforme ilustrado no Gráfico 1, a maioria desses trabalhos corresponde a dissertações, teses, e-books/livros, projetos pedagógicos de cursos, trabalhos de conclusão de curso/monografias e relatórios técnicos.

Na categoria “outros”, foram incluídos documentos cuja busca retornou em número reduzido (entre um e três exemplares), como resoluções de autorização de funcionamento de

cursos (3), planos de desenvolvimento institucional (3), resumos (2), uma apostila de disciplina (1) e um edital (1). Entre todos os documentos analisados, identificaram-se trinta e um (31) artigos científicos.

A partir dessa triagem inicial, realizou-se a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos com o objetivo de verificar sua aderência ao tema da pesquisa. Após essa etapa, foram excluídos vinte (20) artigos por tratarem de temas distintos daqueles propostos neste estudo, conforme detalhado na Tabela 1.

Tabela 1. Artigos Selecionados para Análise

Nº	Título do artigo	Autor(es), (as)	Ano de publicação
1.	Uma crítica à formação e precarização do trabalho docente: análise da realidade das escolas rurais na Região de Arraias -TO no Sudoeste do Tocantins-Brasil	Pimenta, A. R., Carvalho, R. A. e Leite, R. F. O.	2015
2.	A expansão da educação superior no Amapá: um estudo sobre o Procampo na UNIFAP	Costa, H. G. P. e Lomba, R. M.	2016
3.	O Ensino com pesquisa no curso de Licenciatura em Educação do Campo: relato de experiência	Flores, L. M. e Felden, E. de L.	2017
4.	A Licenciatura em Educação do Campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais	Costa, H. G. P. e Lomba, R. M.	2018
5.	Aprender a conviver com o Semiárido a partir das experiências de luta e resistência dos/das agricultores/as da Chapada do Apodi/RN	Pereira, L. J. A., Batista, M. S. X. e Costa, L. M.	2020
6.	A Educação: Um obstáculo histórico para o desenvolvimento da agricultura familiar	Wenczenovic, T. J., Toledo, E. e Bottini, M. E.	2021
7.	Dimensões da Educação do Campo no Amazonas: pistas a partir da literatura especializada	Silva, C. F. <i>et al.</i>	2021
8.	Formação continuada de professores do campo: uma análise político-educacional das ações da Secretaria Municipal de Educação de Santana-AP	Barreto, D. T. S. e Dias, A. S.	2021
9.	Abordagem geográfica sobre educação e TIC no contexto regional brasileiro	Queiroz, A. M. D. e Queiroz, J. D.	2022
10.	Juventude da floresta: visões, canções e modo de vida de uma Amazônia Extrativista	Mendes, D. M., Reis, M. e Wanderley, K. K. S.	2022
11.	O desenvolvimento urbano tornando-se fundamento legal para a educação do campo em assentamentos no Estado do Amapá	Pinto, J. C.	2023

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A Tabela 1 apresenta os onze (11) artigos selecionados para análise. Esses trabalhos abordam temáticas diretamente relacionadas aos cursos de Licenciatura em Educação do

Campo, incluindo a formação inicial e continuada de professores, as desigualdades regionais na oferta da educação do campo, a necessidade de articulação entre teoria e prática nos processos formativos, bem como as políticas públicas voltadas para esse segmento educacional. Na seção seguinte, são apresentados e discutidos os resultados das análises realizadas a partir desses artigos selecionados.

Resultados e Discussão

Com a definição dos artigos a serem analisados, baseada em sua aderência à temática da pesquisa, foram identificados alguns aspectos relevantes nos trabalhos selecionados, tais como: a evolução da produção científica ao longo do período investigado, os métodos de pesquisa utilizados, a área de abrangência dos estudos e as principais categorias de análise adotadas.

No que se refere à evolução da produção científica, observa-se uma concentração maior de publicações nos anos de 2021 (3 artigos) e 2022 (2 artigos). Segundo Pinto (2023), a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação, ocorrida em 2019, contribuiu para o enfraquecimento do debate público sobre a educação do campo e outras pautas relacionadas à diversidade. Tal contexto pode ser uma das causas da reduzida produção científica sobre o tema ao longo do período analisado, conforme ilustrado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Evolução da produção científica no período de 2015 a 2023



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Quanto aos métodos utilizados nas pesquisas, conforme descrito na Tabela 2, a maioria dos artigos (8) recorreu a fontes secundárias para a caracterização do objeto empírico. Já Costa e Lomba (2018) e Wenczenovic, Toledo e Bottini (2021) realizaram pesquisas de campo, enquanto Mendes, Reis e Wanderley (2022) adotaram a metodologia participativa. A escolha dos métodos, conforme explicitado nos trabalhos, foi pautada na adequação para atender aos objetivos de cada estudo.

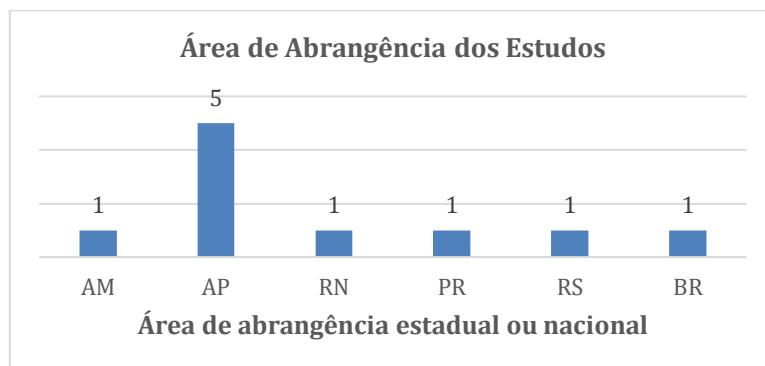
Tabela 2. Métodos de pesquisa utilizados na investigação

Método de Pesquisa	Quantidade de trabalhos em que foi aplicado
Metodologia participativa	1
Pesquisa de Campo	2
Fontes Secundárias	8

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Todos os estudos analisados foram realizados em âmbito nacional, com maior concentração na região Norte, que conta com sete pesquisas distribuídas entre os estados do Amazonas (1), Tocantins (1) e Amapá (5), conforme ilustrado no Gráfico 3. Além dessas, foram identificados trabalhos desenvolvidos na região Sul (2 pesquisas, nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul), no Nordeste (1 pesquisa no Rio Grande do Norte) e uma investigação de caráter nacional, conduzida por Queiroz e Queiroz (2022), que aborda as disparidades regionais na inserção das tecnologias da informação e comunicação em escolas rurais e urbanas das redes públicas e privadas de ensino.

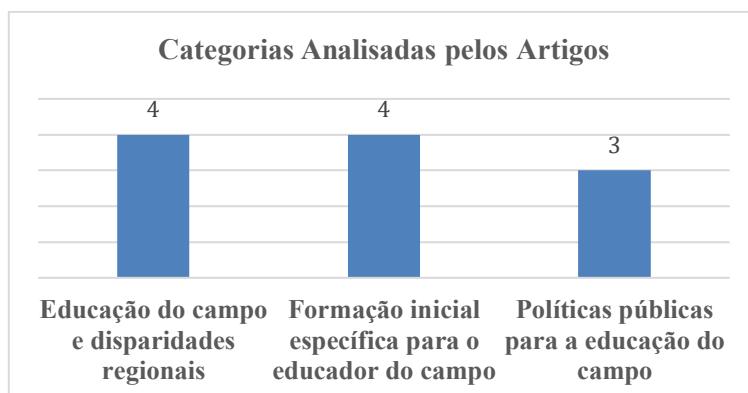
Gráfico 3. Área de abrangência dos estudos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

As discussões presentes nos trabalhos analisados abordam temas relevantes tanto para a educação do campo quanto para sua relação com questões de inovação e desenvolvimento regional. O Gráfico 4 apresenta as principais categorias investigadas nas pesquisas, que se concentram em três eixos: disparidades regionais (4 trabalhos), formação inicial docente específica para atuação no campo (4 trabalhos) e políticas públicas direcionadas às demandas da educação do campo (3 trabalhos).

Gráfico 4. Categorias Analisadas pelos Artigos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Nos trabalhos que abordam as desigualdades regionais no Brasil, os autores destacam a complexidade do país sob diferentes aspectos. Wenczenovic, Toledo e Bottini (2021) ressaltam que as análises das métricas oficiais indicam que o analfabetismo e a frequência escolar inferior ao mínimo recomendado ainda são características predominantes das populações rurais.

Essas desigualdades foram enfatizadas na aprovação da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 (Brasil, 2002), e, posteriormente, nas “Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios” (Brasil, 2004). Além disso, o acesso à educação formal representa para as famílias rurais uma condição essencial para conquistar melhores posições no mercado de trabalho e ascensão social, funcionando como um fator indutor para a permanência dessas populações no campo.

Outro aspecto discutido nessa categoria é a inclusão digital, especialmente a inserção das tecnologias da informação e comunicação (TIC) nas escolas rurais das regiões Norte e Nordeste do Brasil (Queiroz & Queiroz, 2022). O estudo evidencia as disparidades regionais entre os contextos urbano e rural, bem como os impactos históricos dessa desigualdade nos indicadores econômicos e sociais do País, persistentes em vários aspectos, conforme demonstrado pelos dados do Censo Escolar 2024 (Brasil, 2025).

Assim, o investimento em infraestrutura física e tecnológica nas escolas do campo pode contribuir para a elevação do capital cultural, promovendo mudanças graduais na estrutura social e a redução das desigualdades regionais. Essa compreensão está alinhada à perspectiva do sociólogo Coleman (1990) e estimula ações que favorecem o acesso à educação formal para as famílias do campo, por ser condição fundamental para a melhoria das condições de vida, o acesso ao mercado de trabalho e a permanência no meio rural.

No estudo de Silva *et al.* (2021), a educação do campo é discutida em suas dimensões política, pedagógica e produtiva, de forma ampliada, para além da mera adaptação dos sistemas de ensino assegurada pela LDB 9.394/96, Art. 28 (Brasil, 1996). Conforme as conclusões da pesquisa, a atuação dos movimentos sociais foi fundamental para a conquista e consolidação da educação do campo.

Ainda no âmbito do desenvolvimento regional, Veiga (2010) aponta que tais concepções são objeto de disputas no sistema capitalista. Embora existam políticas voltadas ao desenvolvimento regional, as desigualdades sociais persistem, o que exige que a ação pedagógica reconheça e seja consciente desse contexto.

Nesse sentido, Pereira, Batista e Costa (2020) discutem a coexistência, no semiárido potiguar, da agricultura familiar e do agronegócio, dois modelos de desenvolvimento com interesses divergentes. Os alunos da Licenciatura em Educação do Campo (Ledoc) da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa) refletem sobre a importância da prática pedagógica interdisciplinar, considerando a realidade dos processos produtivos em que estão inseridos. Essa abordagem favorece o desenvolvimento a partir da perspectiva da sustentabilidade ambiental (Veiga, 2010). O Projeto Pedagógico da Ledoc/Ufersa é estruturado de forma contextualizada, para que os licenciandos conheçam a região onde vivem e atuem de forma autônoma e consciente diante da realidade local.

Outra categoria identificada nos artigos é a formação inicial docente específica para o campo. Flores e Felden (2017), em pesquisa realizada no Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Instituto Federal Farroupilha, confirmam a importância da articulação entre saberes teóricos e prática em sala de aula na formação desses docentes, aspecto já ressaltado por Arroyo (2003).

A prática da pesquisa deve retroalimentar e atualizar a formação dos professores do campo (Freire, 1998), possibilitando um ensino qualificado e com potencial de transformação social. Ao adotar a pesquisa como princípio formativo, os docentes tornam-se críticos de sua própria prática e das políticas educacionais, assumindo protagonismo no processo formativo.

Costa e Lomba (2018) discutem a formação inicial em dois trabalhos desenvolvidos na Universidade Federal do Amapá (Unifap). No artigo “A expansão da educação superior no Amapá: um estudo sobre o Procampo na Unifap” (2016), os autores destacam a importância dos cursos voltados a docentes do campo, ressaltando os elementos específicos dessa formação, tais como currículo, avaliação, espaço e tempo fundamentados na metodologia da Alternância Pedagógica (Brasil, 2009).

No estudo “A Licenciatura em Educação do Campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais” (Costa & Lomba, 2018), foi identificado, a partir de pesquisa documental e de campo, o caráter dicotômico do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Unifap. A proximidade urbano-rural no estado dificulta a preservação das especificidades das comunidades rurais (Veiga, 2010). Por isso, o curso desafia os docentes a romperem com o modelo tradicional e a inovar, inserindo-se nas políticas públicas voltadas para os povos do campo. Os autores apontam ainda que a regulamentação da formação superior para o campo (Resolução nº 06, 2009) supriu uma lacuna histórica na preparação docente, mas ainda existem diversos desafios a superar (Brasil, 2009).

A experiência relatada por Mendes, Reis e Wanderley (2022), envolvendo cursistas da Licenciatura em Educação do Campo e jovens do ensino médio do campo, materializa o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. O artigo documenta atividades do curso que promovem o compartilhamento de saberes, o fortalecimento da identidade cultural, a geração de renda via atividades extrativistas, o protagonismo juvenil e o reconhecimento da importância da educação para os povos da floresta. Segundo relatos dos participantes, o projeto contribuiu para o desenvolvimento da consciência dos direitos educacionais dos povos do campo, fruto das reivindicações dos movimentos sociais (Caldart, 2004), além de evidenciar os efeitos positivos da organização comunitária na concretização de direitos coletivos.

O estudo de Pimenta, Carvalho e Leite (2015), baseado em pesquisa sobre escolas do campo no sudoeste do Tocantins, destaca aspectos relativos à formação docente, proposta pedagógica e condições materiais dessas escolas (Arroyo, 2003; Brasil, 2004). A partir dos dados, os autores propõem políticas públicas educacionais que considerem as características específicas da população rural atendida e o espaço escolar.

Barreto e Dias (2021) discutem três dimensões importantes da educação do campo: política educacional, formação continuada e especificidades do campo, em consonância com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução nº 1, 2002). O foco do estudo são as ações de formação continuada promovidas pela Divisão de Educação

do Campo da Secretaria Municipal de Educação de Santana-AP (DEC/SME-STN). A análise destaca que a educação do campo possui particularidades que exigem políticas específicas, as quais ainda enfrentam entraves para sua implementação. Nesse cenário, os movimentos sociais e as universidades exercem papel fundamental na reivindicação e concretização dessas políticas.

Complementarmente, o trabalho de Pinto (2023) analisa o planejamento educacional e urbano direcionado aos assentamentos rurais no sul do Amapá, evidenciando sua relação com os referenciais da educação do campo (Brasil, 2004) e documentos teóricos (Caldart, 2004). O autor argumenta sobre a importância do planejamento e da implementação de políticas públicas voltadas para a educação do campo, promotoras do desenvolvimento rural sustentável (Luther & Gerhardt, 2019), alinhadas aos objetivos econômicos, ambientais e sociais.

Ao longo de todo o processo investigativo desta revisão bibliométrica, desde a fundamentação teórica até as pesquisas de campo e a análise dos documentos normativos que regem os cursos de formação superior para docentes do campo, destaca-se um princípio fundamental: o conhecimento aprofundado do contexto rural, com suas características e desafios específicos, deve ser o ponto de partida para o planejamento de ações, definição de programas e implementação de políticas nas escolas do campo.

Considerações Finais

A discussão sobre a educação do campo, especialmente no que se refere aos cursos que formam os profissionais para a docência nesse contexto, revela as desigualdades históricas, estruturais e territoriais que marcaram essa trajetória no Brasil. A análise das produções acadêmicas e da realidade observada evidencia inicialmente a precariedade da infraestrutura básica, com escolas desprovidas dos elementos mínimos para seu funcionamento adequado; a formação docente insuficiente, marcada pela presença de professores com nível médio ou com formação não específica para o ensino no campo; e propostas pedagógicas muitas vezes descontextualizadas, resultantes da simples transposição de modelos elaborados para outros espaços.

No levantamento realizado, destacaram-se aspectos relacionados à formação inicial e continuada dos professores que atuam nas escolas do campo, os quais contribuem não apenas para o aprofundamento do conhecimento sobre essa formação específica, mas também para a

proposição de estruturas normativas e políticas públicas que promovam uma educação do campo com condições adequadas para um ensino inclusivo e de qualidade.

Observou-se que a maior parte das produções acadêmicas sobre o tema são dissertações, o que indica a presença da temática nas discussões acadêmicas, embora tais trabalhos, por sua extensão, possam ter menor visibilidade e acesso em comparação a artigos científicos. Portanto, é importante incentivar a realização de pesquisas na área e ampliar a divulgação dos resultados por meio de publicações em periódicos e outros meios de maior alcance científico.

O período pós-pandemia da Covid-19 registrou um aumento significativo na produção acadêmica sobre a educação do campo, possivelmente em função das dificuldades enfrentadas pelas populações rurais no acesso às tecnologias digitais durante o ensino remoto emergencial, além do contexto político desfavorável, que envolveu a extinção temporária de órgãos dedicados à diversidade educacional. A retomada desses órgãos reforça a importância da política voltada para a diversidade, incluindo a educação do campo.

Em relação à origem geográfica dos estudos, destaca-se a predominância de trabalhos do Norte do País, evidenciando a forte conexão entre a educação do campo e os movimentos sociais que reivindicam direitos nessa região. Vale mencionar que não foram encontrados trabalhos oriundos das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Além disso, nota-se uma diferenciação temática conforme a região: enquanto as pesquisas do Sul se concentram em temas como o direito à educação na agricultura familiar e o conhecimento dos saberes docentes para a educação agroecológica, no Norte e Nordeste predominam discussões sobre as desigualdades regionais, a inadequação das estruturas físicas e a necessidade de formação específica para os professores do campo.

Em todos os estudos são recorrentes três categorias de análise: as disparidades regionais, a formação inicial específica para o campo e as políticas públicas voltadas às demandas desse contexto. Dentre elas, destaca-se a necessidade premente de políticas públicas eficazes que garantam o atendimento qualificado às escolas do campo, considerando a educação como um direito subjetivo, universal e independente da localização geográfica dos sujeitos.

Poucos trabalhos abordaram diretamente a questão do desenvolvimento regional, sendo fundamental aprofundar a reflexão sobre a concepção de desenvolvimento que fundamenta as decisões e ações no âmbito da educação do campo.

Por fim, um tema relevante a ser aprofundado em um futuro estudo refere-se à identidade profissional do professor do campo. Compreender seus saberes, aspirações, lacunas formativas e concepções pedagógicas pode contribuir significativamente para a construção de uma escola

do campo que seja inclusiva, qualificada e capaz de atuar como agência de transformação das comunidades onde está inserida.

Referências

- Arroyo, M. (2003). *Da escola carente à escola possível*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Barreto, D. T. S., & Dias, A. S. (2021). Formação Continuada de Professores do Campo: Uma Análise Político-Educacional das Ações da Secretaria Municipal de Educação de Santana-AP. *Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas*, 6(01), 01-23.
- Brasil. (2004). *Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios*. Brasília.
- Brasil. (2025). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico*. Brasília.
- Caldart, R. S. (2004). Por uma Educação do Campo: Traços de uma Identidade em Construção. In Arroyo, M., & Caldart, R. S., & Molina, M. C. (Org.). *Por uma Educação do Campo*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Coleman, J. (1990). *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Massachusett, Harvard University Press.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (1998). 18. ed. São Paulo, Saraiva.
- Costa, H. G. P., & Lomba, R. M. (2016). A expansão da educação superior no Amapá: um estudo sobre o Procampo na Unifap. *Estação Científica* (Unifap), 6(2), 91-104.
- Costa, H. G. P., & Lomba, R. M. (2018). A Licenciatura em Educação do Campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais. *Rev. NERA*, 21(41), 218-235.
- Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010*. (2010, 04 de novembro). Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília, Sessão1.
- Didonet, A. D. et al. (2020). Desafios de inovação para a agricultura familiar – Estratégia para a Agricultura Familiar: visão de futuro rumo à inovação. In *Estratégias para a agricultura familiar: visão de futuro rumo à inovação* – Brasília, DF: Embrapa.
- Félix, N. M. (2015). Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): História, Estrutura, Funcionamento e Características. In Martins, M. de F. A., & Rodrigues, S. da S. (Orgs.) *Pronera: experiências de Gestão de uma Política Pública* (pp. 35-44). São Paulo, Compacta Gráfica e Editora.

Flores, L. M., & Felden, E. de L. (2017). O Ensino com pesquisa no Curso de Licenciatura em Educação do Campo: relato de experiência. *Revista de Ciência e Inovação do IF Farroupilha*, 2(1), 42-55, 21 jul.

Freire, P. (1998). *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra.

Frigotto, G. (2009). *Educação e Questão Agrária: Uma Visão Crítica*. São Paulo: Editora Xamã.

Henriques, R., Marangon, A., & Delamora, M. et al. (2007). Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. *Cadernos SECAD* 2. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Brasília – DF.

Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. (2001a, 09 de janeiro). Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2001-2010 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1, 1-4.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 20 de dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, seção 1.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. (2014, 25 de junho). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1.

Luther, A., & Gerhardt, T. E. (2019). O desenvolvimento rural nos discursos para a educação básica do campo, 1(33).

Mendes, D. M., Reis, M., & Wanderley, K. K. S. (2022). Juventude da Floresta: Visões, Canções e modo de vida de uma Amazônia Extrativista. *Inter-Ação*, 47(2), 389-406.

Parecer CNE/CEB n. 36, de 4 de dezembro de 2001. (2001). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 dez. 2001.

Paula, H. V. C. A (2023). Licenciatura em Educação do Campo no Brasil: levantamento do observatório da institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 12(1), 240-256.

Pereira, L. J. A., Batista, M. S. X., & Costa, L. M. (2020). Aprender a Conviver com o Semiárido a partir das Experiências de Luta e Resistência dos/das Agricultores/as da Chapada do Apodi/RN. *Revista Cocar*, 14(30), 1-16.

Pimenta, A. R., Carvalho, R. A., & Leite, R. F. O. (2015). Uma crítica à formação e precarização do trabalho docente: análise da realidade das escolas rurais na região de Arraias - TO no sudoeste do Tocantins - Brasil. In *Anais. Seminário de Estudos e Pesquisas sobre Educação Do Campo*, 3. Jornada de Educação Especial no Campo, 5 (pp. 1–17). São Carlos.

Pinto, J. C. (2023). O desenvolvimento urbano tornando-se fundamento legal para a educação do campo em assentamentos no Estado do Amapá. *REBENA - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, 5, 242-253.

Portaria nº 10/98, de 16 de abril de 1998. (1998, 16 de abril). Cria o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, vinculando ao Gabinete do Ministro e aprova o seu Manual de Operações. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF.

Portaria nº 86 de 1º de Fevereiro de 2013. (2013, 1º de fevereiro). Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Brasília/DF: Gabinete do Ministro.

Resolução nº 3 de 8 de outubro de 1997. (1997, 08 de outubro). Institui diretrizes para a formação de professores para a educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 out. 1997. Seção 1.

Resolução CNE/CEB nº 1 de 3 de abril de 2002. (2002, 03 de abril). Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília.

Resolução CD/FNDE nº 06 de 17 de março de 2009. (2009, 17 de março). Estabelece as orientações e diretrizes para a operacionalização da assistência financeira suplementar aos projetos educacionais que promovam o acesso e a permanência na universidade de estudantes de baixa renda e grupos socialmente discriminados. Recuperado de:
<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2009/resolucao-cd-fnde-no-6-de-17-de-marco-de-2009>.

Queiroz, A. M. D., & Queiroz, J. D. (2022). Abordagem Geográfica sobre Educação e TIC no Contexto Regional Brasileiro. *Geosul*, 37(81), 39-63.

Santos, R. B., & Silva, M. A. da. (2016). Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. *Revista Eletrônica de Educação*, 10(2), 135-144.

Santos, R. B. (2017). História da Educação do Campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais. *Teias*, 18(51), 210-224.

Silva, C. F. et al. (2021). Dimensões da Educação do Campo no Amazonas: pistas a partir da literatura especializada. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, [S. l.], 6,1-31.

Veiga, J. E. da. (2010). Indicadores de sustentabilidade. *Estudos Avançados*, 24(68), 39-52.

Waltman, L. et al. (2020). *Quantitative Science Studies: Definitions and Domains of the Field*. Cambridge, MA: MIT Press.

Wenczenovic, T. J., Toledo, E., & Bottini, M. E. (2021). A Educação: Um Obstáculo Histórico para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar. *Cadernos de Pesquisa*, 28(2), 11-38.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 12/06/2025

Aprovado em: 08/10/2025

Publicado em: 23/12/2025

Received on June 12th, 2025

Accepted on October 08th, 2025

Published on December, 23th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Barros, L. C., Sousa, D. N., & Ferreira, P. R. (2025). A Licenciatura em Educação do Campo no Brasil: uma trajetória em construção na formação de professores. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19903.